



18 DE SETEMBRO DE 2015
Sexta-feira

- **VOLKSWAGEN É A SEGUNDA MONTADORA A ADERIR AO PPE**
- **MWM NOMEIA NOVO DIRETOR DE VENDAS PARA REPOSIÇÃO**
- **HONDA CHEGA A 30 MILHÕES DE CARROS FEITOS NA AMÉRICA DO NORTE**
- **EXTINTOR DEIXA DE SER OBRIGATÓRIO EM CARROS**
- **FESTIVAL ELEVA VENDAS DE VEÍCULOS VIA CONSÓRCIO**
- **BC AMERICANO MANTÉM TAXA BÁSICA DE JUROS ZERADA**
- **VALERIA A PENA DEIXAR O MERCOSUL?**
- **PARANÁ AUMENTA RECEITAS EM 16,5%, MAS DÍVIDAS SOBEM 30%**
- **SUPREMO PROÍBE DOAÇÕES DE EMPRESAS PARA CAMPANHAS POLÍTICAS**
- **METALÚRGICOS DA VOLKS APROVAM REDUÇÃO DE SALÁRIOS E JORNADA EM SBC**
- **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA INDÚSTRIA ESTARÁ EM EVIDÊNCIA NA MERCOPAR 2015**
- **ABIMAQ DIZ QUE INDÚSTRIA SOFRE COM ELEVADOS JUROS E TRIBUTOS**
- **TRUMPF LANÇA NOVO SOFTWARE DE PROGRAMAÇÃO DURANTE A FEIRA CORTE & CONFORMAÇÃO**
- **BRASIL PRECISA DE REFORMA QUALITATIVA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, DIZ ESPECIALISTA**
- **RECESSÃO PROVOCA HIATO NO REPASSE DO CÂMBIO, MAS EFEITO EM PREÇO EXISTE, DIZ FGV**
- **FIESP E CIESP ENTRAM COM AÇÃO CONTRA COBRANÇA DA CDE NA TARIFA DE ENERGIA**
- **ABIQUIM: DÉFICIT COMERCIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA RECUA 15,1% DE JANEIRO A AGOSTO**

- VOLKSWAGEN ENFRENTARÁ PROVISÃO NO 4º TRI POR RESTRUTURAÇÃO NO BRASIL
- EM WALL STREET, ANALISTAS VEEM CENÁRIO CAÓTICO NO BRASIL, COM CHANCES DE PIORA
- GM PAGARÁ US\$ 900 MILHÕES PARA ENCERRAR AÇÃO CRIMINAL SOBRE DEFEITO EM IGNIÇÃO
- CSN ENTREGA NA SEGUNDA-FEIRA PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO COM METALÚRGICOS
- EM MEIO À CRISE, PROCURA POR CONSÓRCIOS DE IMÓVEIS CRESCE MAIS DE 50% EM 7 MESES
- BRASIL QUER QUE MERCOSUL TAXE AIRBNB
- EMPREGOS NA INDÚSTRIA BRASILEIRA RECUAM 0,7% EM JULHO
- SETOR DE SERVIÇOS TEM CRESCIMENTO DE 2,1% EM JULHO
- VOLKSWAGEN CONVOCA RECALL NO BRASIL POR PROBLEMA EM AIRBAGS
- DEMISSÕES NA INDÚSTRIA PAULISTA DEVEM ATINGIR 250 MIL NESTE ANO
- MINERAÇÃO AGE TAMBÉM COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO
- USINAS TOMAM ESPAÇO DE IMPORTADOS E AÇO BRASILEIRO RECUPERA MERCADO
- MINÉRIO DE FERRO: PREÇOS PODEM VOLATILIZAR EM OUTUBRO

CÂMBIO		
EM 18/09/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,928	3,928
Euro	4,461	4,462

Fonte: BACEN

Volkswagen é a segunda montadora a aderir ao PPE

18/09/2015 - Fonte: Automotive Business



Os trabalhadores da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP) aprovaram no fim da tarde de quinta-feira, 17, os termos de adesão ao PPE, Programa de Proteção ao Emprego. A empresa é a segunda montadora no País a aderir ao programa, a primeira foi a Mercedes-Benz .

O acordo firmado entre as duas partes prevê a redução de 20% da jornada de trabalho e de 10% nos salários pelo período de seis meses e prorrogáveis por mais seis meses. Os demais 10% dos salários serão financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), conforme a legislação, que também assegura que férias e 13º salário não sejam afetados pela redução.

A negociação incluiu também um item que não está previsto na Medida Provisória 680/2015, que instituiu a PPE: a garantia de complementação por parte da empresa quando a compensação máxima paga pelo governo, de R\$ 900,24, não atingir a metade da redução salarial do empregado.

“Desta forma estamos assegurando que, de fato, nenhum trabalhador terá uma redução salarial maior do que 10%”, explica Wagner Santana, secretário geral do sindicato dos metalúrgicos do ABC, que trabalha na unidade Anchieta.

No total, a PPE incluirá 11,6 mil trabalhadores da unidade, ficando de fora apenas aqueles que atuam em áreas em que não é possível reduzir a jornada de trabalho por motivos de segurança, como a manutenção. Com isto, 850 metalúrgicos voltarão ao trabalho em 1º de novembro.

Eles fazem parte do grupo de 2,6 mil funcionários que estão em layoff. O restante cumprirá o tempo previsto, retornando às operações no início de janeiro de 2016. Todos serão integrados ao PPE assim que forem reintegrados à fábrica.

A redução de jornada começará assim que o acordo for aprovado pelo Ministério do Trabalho.

Com a aprovação do PPE, a empresa ratifica o acordo coletivo assinado em janeiro deste ano, que garante a estabilidade dos trabalhadores até 2019. Havia a previsão de que o acordo poderia ser revisto caso a produção não atingisse o nível mínimo de 250 mil veículos por ano.

“A produção vem caindo e devemos terminar o ano abaixo dos níveis que estavam previstos no acordo. Agora já temos o mecanismo que vai dar conta desse cenário”, reforça Santana. A fábrica continuará operando em dois turnos. O terceiro foi fechado em julho deste ano.

MWM nomeia novo diretor de vendas para reposição

18/09/2015 - Fonte: Automotive Business



Thomas Püschel, diretor de vendas de motores e de marketing da MWM Motores Diesel, passa a acumular o cargo de diretor de vendas de reposição. Ele continuará se reportando ao presidente e CEO da Navistar Mercosul, José Eduardo Luzzi.

Na empresa desde 1998, Püschel participou de diversos projetos internos e desenvolveu sua expertise por meio de contratos com montadoras, tanto as instaladas no Brasil como em outros lugares do mundo.

Sua atuação tem sido desempenhada em diferentes produtos para os segmentos de caminhões, ônibus, picapes, tratores, colheitadeiras e grupo geradores, além de motores marítimos.

Formado em Engenharia Mecânica pelo Mackenzie, o executivo tem MBA em Gestão Empresarial pelo Instituto Mauá de Tecnologia em Administração de Empresas, Vendas e Negociação pela FAAP.

Em sua equipe de vendas de reposição, Püschel contará com Marco Antonio Marques, que assumiu a gerência da área. O também engenheiro mecânico, formado pela FEI, possui pós-graduação em Desenvolvimento Gerencial e MBA em Executive Master of Business Administration, ambos pela FGV.

Marques está na companhia há 29 anos, dos quais 17 dedicados à engenharia de pesquisa e desenvolvimento de motores e componentes, e 12 como gerente de qualidade assegurada.

Honda chega a 30 milhões de carros feitos na América do Norte

18/09/2015 - Fonte: Automotive Business

Os 33 anos de história da produção da **Honda** na América do Norte foram coroados na quinta-feira, 17, pela marca de 30 milhões de veículos feitos pela companhia na região. A empresa fabrica carros ali desde 1982. São oito plantas nos Estados Unidos e um total de 14 unidades produtivas voltadas a atender a demanda do continente, com estruturas também no Canadá e no México.

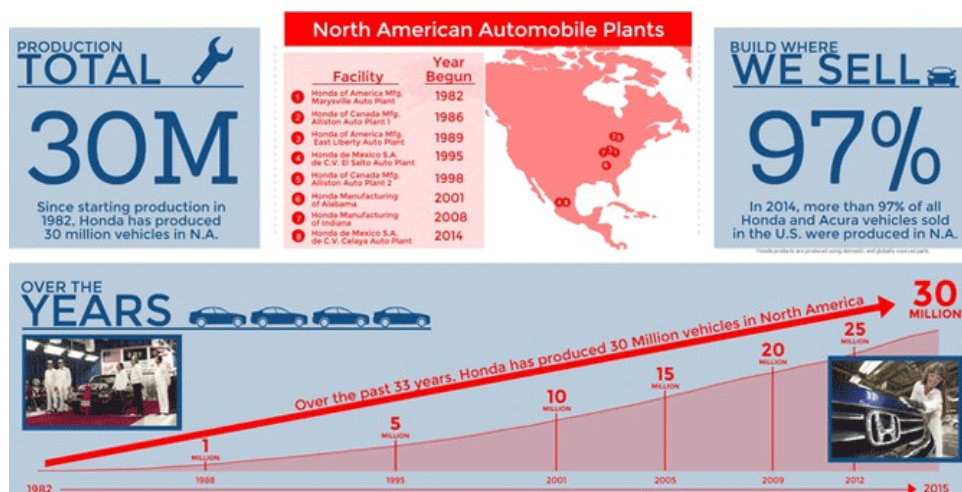
O 15º complexo da companhia na região, voltado a modelos de performance esportiva, em Marysville, vai começar a operar em 2016. É de lá que sairá a próxima geração do Acura NSX. A Honda foi a primeira fabricante japonesa de veículos a se instalar nos Estados Unidos.

Atualmente a produção dos carros conta com o suporte de uma série de fábricas de motores e de transmissões da companhia instaladas localmente. A empresa estima que o investimento total nestas unidades já chegou a US\$ 17 bilhões, gerando em mais de 28 mil empregos.

Uma cadeia de 713 fornecedores abastece as fábricas da marca na América do Norte com componentes e sistemas. Em 2014 a montadora gerou US\$ 26 milhões em negócios para estes parceiros.

Com toda a estrutura local, a Honda pode fabricar ali 1,92 milhão de carros por ano. Cerca de 97% dos carros que a companhia vende localmente são também feitos na região.

PRODUÇÃO DA HONDA NA AMÉRICA DO NORTE



Extintor deixa de ser obrigatório em carros

18/09/2015 - Fonte: Automotive Business



O uso de **extintor de incêndio** em automóveis passa a ser optativo no Brasil. A decisão foi tomada por unanimidade dos membros do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) durante reunião na manhã de quinta-feira, 17. A mudança na legislação ocorre após 90 dias de avaliação técnica e consulta aos setores envolvidos e o torna facultativo também em utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada.

No entanto, o equipamento permanece obrigatório para veículos utilizados comercialmente no transporte de passageiros, em caminhões, caminhão-trator, micro-ônibus, ônibus e veículos destinados ao transporte de produtos inflamáveis, líquidos e gasosos. A obrigatoriedade do uso do equipamento foi estabelecida em 1968 e passou a vigorar em 1970.

Segundo o presidente do Contran e diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Alberto Angerami, a prorrogação da data para a obrigatoriedade do extintor ABC para 1º de outubro teve como objetivo dar prazo para reuniões com os setores envolvidos.

“Tivemos encontros com representantes dos fabricantes de extintores, corpo de bombeiros e da indústria automobilística, que resultaram na decisão de tornar opcional o uso do extintor”, explica Angerami.

Dos fabricantes, o Denatran ouviu que era necessário um prazo maior, cerca de três a quatro anos, para atender a demanda. Porém, segundo o presidente do Contran, essa justificativa já estava sendo dada pelas indústrias havia 11 anos.

A Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) informou que dos 2 milhões de sinistros em veículos cobertos por seguros, 800 tiveram incêndio como causa. Desse total, apenas 24 informaram que usaram o extintor, o equivalente a 3%.

Estudos e pesquisas realizadas pelo Denatran constataram que as inovações tecnológicas introduzidas nos veículos resultaram em maior segurança contra incêndio. Entre elas estão corte automático de combustível em caso de colisão, a localização do tanque de combustível fora do habitáculo e a não propagação de chamas por materiais e revestimentos.

O uso obrigatório do extintor em automóveis é mais comum nos países da América do Sul como Uruguai, Argentina e Chile. Nos Estados Unidos e na maioria das nações europeias isso não ocorre porque as autoridades consideram que a falta de treinamento e despreparo no manuseio geram mais riscos do que o próprio incêndio.

“Além disso, em testes de impacto feitos na Europa e acompanhados por técnicos do Denatran ficou comprovado que tanto o extintor como o seu suporte provocam fraturas nos passageiros e condutores”, explica Angerami.

As autoridades de trânsito ou seus agentes deverão fiscalizar os extintores nos veículos em que o uso permanece obrigatório. A multa para quem estiver sem extintor ou com validade vencida é de R\$ 127,69, mais cinco pontos na carteira de habilitação.

Os extintores automotivos só serão do tipo ABC, destinados a combater fogo das classes A (sólidos combustíveis), B (líquidos e gases combustíveis) e C (equipamentos elétricos energizados). A durabilidade mínima e a validade do teste hidrostático são de cinco anos a contar da data de fabricação. Ao fim deste prazo o item deve ser substituído por um novo.

Festival eleva vendas de veículos via consórcio

18/09/2015 - Fonte: Automotive Business



O Festival do Consorciado, iniciativa da Anfavea, Fenabrave e Abac, ajudou a elevar o número de vendas de veículos via consórcio no acumulado do ano até julho, conforme dados divulgados na quinta-feira, 17, pela Abac: com três meses de duração, entre maio e julho, a utilização das cartas de crédito para aquisição de veículos leves aumentou 6,5% com relação a igual trimestre do ano passado, para 101,9 mil.

Nos sete meses fechados do ano, as contemplações do segmento leve – quando os consorciados recebem a carta de crédito – subiram 18,5%, para 300,5 mil contra as 253,5 mil apuradas em igual acumulado de 2014.

“Face o sucesso da promoção, a expectativa é de contarmos com novas edições, aperfeiçoando e ampliando o número de empresas participantes”, afirma o presidente da entidade, Paulo Rossi.

No segmento de pesados, também na mesma base de comparação dos três meses de funcionamento do festival do consorciado, o crescimento foi de 10,5%, passando de 7,2 mil em 2014 para 7,9 mil de maio a julho deste ano.

Por outro lado, as contemplações dentro do setor de pesados no sistema de consórcio seguem em baixa: houve retração de 6,1%, de 19,7 mil para 18,5 mil, considerando o acumulado de janeiro a julho deste e do ano passado.

No geral, todos os indicadores – vendas de novas cotas, contemplações, participantes, créditos comercializados e créditos disponibilizados – apresentaram crescimento para os consorciados interessados em adquirir veículos, sejam eles leves, comerciais ou motocicletas.

As vendas de cotas para veículos, que registra o número de novos consorciados, subiu 2,5%, para 1,21 milhão de unidades nos sete meses do ano, impulsionado pelo setor de leves (automóveis e comerciais leves) cujas vendas de cotas foram 17,6% maior que as registradas em igual período do ano passado, para 551,5 mil unidades.

Para a aquisição de veículos comerciais pesados, incluindo implementos rodoviários e tratores, as vendas de novas cotas cresceram 11%, de 25,5 mil para 28,3 mil unidades. Já para o segmento de duas rodas, menos pessoas estão interessadas em comprar o produto via consórcio: houve queda de 8,8% no período, para 627,3 mil cotas.

BC americano mantém taxa básica de juros zerada

18/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Ao fim de dois dias de reuniões, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) anunciou nesta quinta-feira (17) a manutenção da taxa básica de juros – que não é elevada desde 2006 – praticamente zerada.

As expectativas sobre o momento da alta vinham se concentrando para setembro, mas um adiamento até dezembro começou a ser cada vez mais apontado pelos analistas nas últimas semanas, uma vez que a inflação americana está abaixo da meta, os preços das

commodities vêm recuando e a desaceleração do crescimento da China esfriou a economia global. E já não se descarta que os juros só subam em 2016.

A decisão foi recebida com alívio no Brasil, onde a alta das taxas poderia deixar ainda mais conturbada a situação econômica do país. A expectativa era de que principal impacto por aqui fosse uma alta do dólar, devido a uma fuga de capitais para os EUA.

A moeda americana, no entanto, já acumula forte alta frente ao real devido à crise no país. Com isso, a inflação, que deve fechar o ano acima de 9%, também acabaria sendo impactada.

Muitos economistas apostavam na manutenção dos juros pelo Fed devido às recentes perdas no mercado financeiro chinês, que aumentaram as preocupações com as perspectivas de crescimento da segunda maior economia do mundo.

A desaceleração da demanda da China também ajudou a reduzir o preço das commodities, exercendo pressão para baixo sobre os preços nos EUA.

Como a taxa afeta o brasil

A alta dos juros nos EUA geraria uma fuga de capitais dos mercados emergentes, não apenas do Brasil. Isso porque a elevação da taxa básica norte-americana aumenta a atratividade dos títulos do governo dos Estados Unidos, que são de baixíssimo risco, provocando uma saída de dólares do país para investimento lá. Mas não seria uma migração total.

O Brasil, por exemplo, paga juros muito alto e isso mantém o capital especulativo. Apesar disso, com a menor oferta de dólares aqui o real tenderia a se desvalorizar. Consequentemente, a alta da moeda americana refletiria na inflação, uma vez que os custos de importação e de uma série de itens da cadeia produtiva serão elevados.

Pé no chão

Desde dezembro de 2008, a taxa básica americana está no menor patamar histórico, entre zero e 0,25% – ao manter o patamar atual dos juros, os tomadores de decisão mostraram que ainda não estão convencidos de que a inflação vai se mover para a meta atual de 2%, apesar dos avanços no mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu para 5,1% em agosto, o menor nível desde abril de 2008.

A presidente do Fed, Janet Yellen, disse em pronunciamento após o anúncio da decisão, que a importância do momento em que será iniciado o ciclo de alta dos juros não deve ser superestimado. A apreciação do dólar e a queda do petróleo, avisou, vão adiar mais o início da alta.

Sobre os que pedem que os juros americanos não sejam elevados, pois o mercado ainda não está realmente fortalecido, Yellen diz que recebe sugestões de muitos economistas e grupos com diferentes perspectivas. Mas, no fim das contas, é trabalho do Fomc avaliar os dados econômicos e determinar o caminho da política econômica.

“Estamos focados em fazer tudo que possível para reavivar a economia. E, após levar as taxas de juros a zero, criamos outros mecanismos, como compra de títulos”, afirmou Yellen.

Por que aumentar os juros

A última vez que o Fed adotou uma política de elevação dos juros foi em 2004, quando a inflação estava em 2,8%.

Hoje, o cenário é bem diferente: o índice de preços está em 0,3% – o objetivo do Fed é que se aproxime dos 2% no médio prazo, um nível considerado saudável para a economia.

Em vez de lutar contra a inflação, como no passado, uma alta dos juros permitirá uma antecipação contra pressões sobre os preços e evitar bolhas de ativos depois de mais de seis anos de dinheiro fácil.

Em Wall Street, analistas veem cenário caótico no Brasil

O Brasil acabou sendo um dos principais destaques de um seminário em Wall Street, com economistas e gestores de bancos como Morgan Stanley e Citigroup, para discutir o impacto de uma alta de juros nos Estados Unidos em países emergentes.

A avaliação da economia brasileira mostrada no evento não foi das melhores: foi descrita pelos executivos do setor financeiro como “caótica”, “extremamente complicada” e com uma crise política vista como “muito séria”.

O país, juntamente com outros emergentes, como a Turquia e a Rússia, foi apontado como vulnerável e, portanto, mais propenso a sentir os efeitos de uma alta de juros nos Estados Unidos, amplamente esperada pelo mercado, mas ainda indefinida.

“A situação no Brasil é extremamente complicada”, resumiu o diretor executivo e chefe da área econômica para emergentes do Citigroup, Guillermo Mondino, mencionando a crise política, a deterioração acelerada do Produto Interno Bruto (PIB) e a falta de clareza e consenso do governo sobre o que fazer para tentar “achar uma luz no fim do túnel”.

Mesmo gestoras de Wall Street especializadas em ativos de maior risco nos emergentes, como a Greylock Capital Management, que administra US\$ 2 bilhões, mostram cautela com o Brasil.

O diretor da gestora, Christopher Tackney, também ressaltou que a situação no país está complicada e diz que a deterioração da economia ajuda a aumentar o movimento de diferenciação mesmo dentro da América Latina.

Valeria a pena deixar o Mercosul?

18/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O senador Renan Calheiros, na primeira versão da Agenda Brasil, sugestão de temas relevantes para estimular a volta ao crescimento a ser submetida ao Congresso, incluiu proposta de o Brasil abandonar o Mercosul.

Em conversas com o Executivo, o presidente do Senado excluiu essa proposta e também afastou a possibilidade de discutir se o Mercosul deveria retroceder do atual estágio de união aduaneira para uma área de livre comércio.

A inclusão dessa proposta refletiu a crescente frustração do setor privado com os rumos do Mercosul em vista de sua paralisação como um instrumento de abertura e de liberalização de mercado. Parte dos empresários também reclama mudanças para permitir maior agilidade nas negociações que beneficiem o setor produtivo nacional.

O Mercosul foi um dos projetos que mais sofreram com a influência partidária (do PT) na política externa brasileira. O esvaziamento do Mercosul no contexto do processo de integração regional e da globalização resulta, entre outros fatores, da falta de vontade de todos os governos dos países-membros de enfrentar decisões difíceis na área tarifária e de facilitação de comércio.

Em virtude das restrições existentes, menos de 40% das tarifas externas comuns são aplicadas entre os países-membros. Em queda, o Mercosul representou em 1998 mais de 16% do comércio exterior do Brasil, contra menos de 10% em 2014.

Nos últimos 13 anos, enquanto no mundo foram negociados mais de 400 acordos, o Mercosul negociou apenas com o Egito, Israel, a Autoridade Palestina e a Sacu, área de livre comércio da África meridional.

A resolução que obriga os países do Mercosul a negociar com uma única voz deveria ser flexibilizada.

Do ponto de vista externo, porém, é difícil qualquer dos governos membros decidir abandonar o Mercosul pelo alto custo político que isso implica. A volta de uma união aduaneira para uma área de livre comércio oferece como vantagem a liberdade de negociação de acordos comerciais, independência nas políticas comerciais e a possibilidade de recorrer à OMC contra medidas protecionistas.

Não se pode ignorar, porém, as desvantagens que a saída do Brasil poderia representar para as empresas brasileiras pela perda da proteção da Tarifa Externa Comum.

Apesar de imperfeita, a união aduaneira garante preferências tarifárias para produtos industriais brasileiros. Sem ela, esses produtos teriam de enfrentar a concorrência com fornecedores de todo o mundo, em especial da Ásia, no momento em que há uma crescente perda de competitividade da indústria, em decorrência do alto custo Brasil.

Na impossibilidade prática de eliminar o tratado ou mesmo de haver um retrocesso para uma área de livre comércio, o Brasil deveria rever sua política em relação ao Mercosul.

Além de dar mais força aos órgãos internos – inclusive o mecanismo de solução de controvérsias – e reduzir gradualmente as exceções à Tarifa Externa Comum, o Brasil poderia aceitar que cada país possa negociar individualmente acordos de comércio.

A Resolução 32/00, que obriga os países do Mercosul a negociar com uma única voz, deveria ser flexibilizada para permitir que os entendimentos sob a égide do Mercosul possam realizar-se também em diferentes velocidades. Essa providência poderia facilitar os entendimentos com a União Europeia para conseguir um acordo de livre comércio, que estão previstos para começar em breve.

Em vista de todos esses elementos, o Congresso Nacional poderia promover um amplo debate sobre esses temas para fazer com que o governo restaure o dinamismo das negociações externas do Mercosul.

(Rubens Barbosa é ex-embaixador do Brasil em Washington (1999-2004) e especialista do Instituto Millenium).

Paraná aumenta receitas em 16,5%, mas dívidas sobem 30%

18/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A área mais atingida pelo contingenciamento foi o saneamento. Nos seis primeiros meses de 2015, o Paraná só aplicou apenas R\$ 51 mil de um orçamento de R\$ 97,3 milhões

Além de despertar descontentamento entre deputados aliados, prefeitos e servidores, a iniciativa do governo estadual de lançar um pacote para minimizar os efeitos da crise econômica no Paraná esbarra em dívidas já assumidas e gastos obrigatórios que precisarão ser feitos até o fim do ano. Apesar de ter ampliado suas receitas em 16,5% em

um ano – o dobro da média nacional –, o estado também viu sua dívida de curto prazo aumentar 30%.

Os dados mais recentes do Tesouro Nacional mostram que, ao fim do primeiro semestre de 2015, o Paraná tinha saldo de R\$ 2,19 bilhões em dívida flutuante (saldo de restos a pagar). Esse montante é um dos maiores do Brasil, atrás apenas da dívida de São Paulo (R\$ 5,4 bilhões), que tem uma receita quase cinco vezes maior.

Ao longo de 2015, o estado foi quitando os restos a pagar, mas em ritmo inferior ao de outros estados. Na média, a dívida das unidades federativas caiu 29% entre o fim do primeiro bimestre e o fim do terceiro. No Paraná, a queda foi de 20%.

Essa dívida considera tanto serviços e obras entregues ainda em 2014 e não pagos, como aqueles que estavam planejados para o ano passado, chegaram a ter nota de empenho emitida pelo governo estadual, mas que não foram finalizados pelos fornecedores.

O economista Mansueto de Almeida explica que o empenho ainda pode ser cancelado e com isso a dívida cairia. "Mas há um risco de aumentar o saldo dos restos a pagar. Se o governo começar a empurrar com a barriga determinada despesa, criará um problema para o orçamento seguinte, pois será preciso executá-lo – e também aquilo que ficou do ano anterior", explica.

Assistência social

Além de segurar o pagamento de dívidas, o governo do Paraná também reteve os gastos de áreas essenciais, que precisam ser retomadas até o fim do ano. O relatório de execução orçamentária do primeiro semestre mostra que o valor pago (liquidado) na função educação chegou a 40,8%, de um total previsto de R\$ 4,3 bilhões; na saúde, totalizou apenas 31% dos R\$ 4,4 bilhões previstos para o ano e, na assistência social, apenas 11% dos R\$ 396,8 milhões planejados para o ano.

Esse valor destinado à assistência social, previsto no orçamento de 2015, é quase o mesmo montante previsto para o Fundo de Combate à Pobreza: R\$ 400 milhões. Segundo a mensagem enviada pelo governador Beto Richa (PSDB) à Assembleia Legislativa, esse fundo seria composto pela arrecadação de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS sobre determinados produtos e serviços.

Mas a área mais atingida pelo contingenciamento de despesas foi o saneamento. Nos seis primeiros meses de 2015, o Paraná praticamente não aplicou nada do previsto: somente R\$ 51 mil (0,05%) de um orçamento previsto de R\$ 97,3 milhões. É o pior desempenho entre as 22 unidades federativas que enviaram os dados do primeiro semestre ao Tesouro Nacional.

Saneamento em baixa

A área mais atingida pelo contingenciamento foi o saneamento. Nos seis primeiros meses de 2015, o Paraná só aplicou R\$ 51 mil de um orçamento de R\$ 97,3 milhões

Secretaria Estadual da Fazenda contesta dados apresentados pela reportagem

A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefa) contestou os dados sobre as dívidas de curto prazo e as receitas do Paraná. O órgão utiliza dados de 12 meses acumulados no terceiro bimestre para afirmar que a variação da receita entre 2014 e 2015 foi de 8,2%. A reportagem utilizou o saldo do primeiro semestre de cada ano para fazer a comparação, que apontou aumento de 16,5%.

Restos a pagar

A Sefa também contestou os dados sobre os restos a pagar. A reportagem usou os dados disponíveis pelo Tesouro Nacional, do saldo total devido. Isso inclui restos a pagar

processados (quando a administração emite nota de empenho, reconhecendo que o serviço foi prestado ou a obra foi entregue) e restos a pagar não processados (quando o serviço ou obra não foi finalizado).

MAIS RECEITA E MAIS DÍVIDA

Apesar do crescimento da receita em 2015 – o segundo maior do país –, o Paraná ampliou em 30% sua dívida de curto prazo, que está entre as maiores do país.

	Aumento das receitas correntes em %	Dívida em 2015 ¹ em R\$ bilhões
Distrito Federal	49,3	0,40
Paraná	16,5	2,19
Pará	9,6	0,01
Santa Catarina	8,9	0,01
Alagoas	8,7	0,08
Tocantins	8,1	0,18
Ceará	7,1	0,26
Goiás	6,9	1,23
Maranhão	6,8	0,34
Rio Grande do Sul	6,4	1,58
Bahia	5,8	0,18
Piauí	5,6	0,18
Sergipe	4,8	0,06
Pernambuco	4,3	0,08
São Paulo	4,1	5,45
Roraima	4	0,22
Paraíba	3,4	0,18
Espírito Santo	0	0,16
Minas Gerais	-0,6	2,02
Rondônia	-0,7	0,28
Amazonas	-0,8	0,37
Mato Grosso	-1,7	0,54
Rio de Janeiro	-2	1,14
Acre	-2,3	0,07
Amapá	-2,5	0,54

¹ Saldo de restos a pagar não processados no fim do 3º bimestre de cada ano. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte ainda não atualizaram as informações referentes ao 3º bimestre de 2015.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

A reportagem questionou o governo sobre a baixa execução do orçamento de educação, saúde, habitação, ciência e tecnologia, assistência social e saneamento. A Secretaria da Fazenda, por meio de nota, informou que “os recursos contingenciados de 2015 são aqueles provenientes de frustração de receitas que não ocorrerão no exercício devido a uma superestimativa no orçamento.

Os recursos disponíveis para ações de educação e saúde são os constitucionalmente estabelecidos e estão sendo executados à medida das necessidades das secretarias”. Sobre as demais áreas não houve resposta.

Supremo proíbe doações de empresas para campanhas políticas

18/09/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Por 8 votos a 3, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (17) que é inconstitucional o financiamento de empresas para campanhas eleitorais e partidos.

Presidente tem até o fim de setembro para avaliar o texto enviado pela Câmara. Ponto mais polêmico, financiamento empresarial de campanha ainda depende do STF. A decisão tem potencial impacto nas disputas eleitorais, uma vez que as empresas são os maiores doadores de políticos e partidos, e já terá validade a partir das eleições municipais de 2016.

O entendimento do Supremo deve ser usado pela presidente Dilma Rousseff para vetar a lei aprovada pelo Congresso na semana passada e que permite doações de empresas para partidos políticos, no limite de até R\$ 20 milhões. Em meio à crise política, Dilma é pressionada por aliados a dar aval ao texto. A petista tem até o dia 30 para avaliar o projeto.

Atualmente, a lei permite a doação de empresas e fixa o limite em até 2% do faturamento bruto do ano anterior ao da eleição.

Nas eleições de 2014, mais de 70% do dinheiro arrecadado pelos partidos e candidatos veio de empresas. A ação que questiona a legalidade das doações foi apresentada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e começou a ser julgada em 2013, sendo interrompida por duas vezes.

A maioria dos ministros seguiu o voto do relator do caso, ministro Luiz Fux, defendendo que as contribuições de empresas desequilibram o jogo político, ferindo o princípio da isonomia.

Votaram nesse sentido os ministros: Rosa Weber, Cármen Lúcia, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, além do ministro aposentado Joaquim Barbosa.

O ministro Luís Roberto Barroso votou pela inconstitucionalidade da legislação atual, mas disse em seu voto que cabe ao Congresso definir se as empresas podem ou não participar do processo eleitoral, impondo restrições para inibir abusos e corrupção.

Em outra frente, os ministros Teori Zavascki, Gilmar Mendes e Celso de Mello votaram pela manutenção do financiamento privado sob o argumento de que o problema não é o uso dos repasses de empresas, mas o abuso e a falta de regras.

Ficou decidido ainda que fica mantida a atual previsão para que pessoas físicas possam fazer doações para campanhas até o limite de 10% dos rendimentos.

CARTAS MARCADAS

Na sessão desta quarta, Rosa Weber argumentou que o atual modelo não pode ser mantido e que a corrida eleitoral deve ser marcada pela igualdade de chances entre os candidatos. "É de rigor concluir que a influência do poder econômico culmina em transformar o processo eleitoral em jogo político de cartas marcadas e o processo eleitoral em odiosa pantomima, que faz do eleitor um fantoche", afirmou.

Cármen Lúcia afirmou que as doações empresarial tem uma influência que contraria o espírito democrático e isonômico fixado pela Constituição para as eleições. "Há uma influência que eu considero contrária à Constituição, é essa influência que desiguala não apenas os candidatos, mas desiguala até dentro dos partidos.

Aquele que detém maior soma de recursos, é aquele que tem melhores contatos com empresas e representa esses interesses, e não o interesse de todo o povo, que seria o interesse legítimo", disse.

Para o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, esse tipo de contrição representa disparidade de armas.

Favorável às doações, Teori Zavascki fez um complemento em seu voto e propôs limites para as doações privadas, propondo que uma empresa que doasse para um determinado partido ou candidato ficasse impedida de fazer repasses para os adversários.

Entre as restrições levantadas pelo ministro também estava proibição para empresas, de todos os setores, com contratos com administração pública não poderem doar para campanhas e ainda que empresa que doasse não poderia fechar contrato com a administração pública até o fim do mandato.

"A Constituição não condena a mera presença do capital empresarial nas eleições, reprovava o abuso do poder econômico, seja qual for sua origem. Vedar [às doações] fecharia portas para eventuais propostas legislativas para presença mais comedida do capital no

financiamento político. Estaria o STF se comprometendo com imprevisíveis consequências de um modelo público”, Teori.

Gilmar Mendes e Celso de Mello acompanharam o voto colocado por Teori. “Entendo que não contraria a Constituição o reconhecimento da possibilidade de pessoas jurídicas de direito privado contribuírem mediante doações para partidos políticos e candidatos, desde que sob sistema de efetivo controle que impeça o abuso do poder econômico”, afirmou Celso.

Metalúrgicos da Volks aprovam redução de salários e jornada em SBC

18/09/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



Os metalúrgicos da Volkswagen de São Bernardo do Campo aprovaram em assembleia nesta quinta-feira (17) a adesão ao PPE (Programa de Proteção ao Emprego) e terão salários e jornada de trabalho reduzidos por um prazo de seis meses.

A jornada será 20% menor e, na prática, os salários terão redução de 10%. Isso porque a legislação que regulamentou o PPE prevê que o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) pague metade (10%) da remuneração reduzida pela empresa (20%).

A decisão vale para 11.600 funcionários dos setores administrativos e da produção da unidade de São Bernardo –quase a totalidade. Estão fora do acordo cerca de mil empregados que atuam em áreas em que a redução da jornada não pode ser feita por motivo de segurança, como o setor de manutenção.

Dados do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC mostram que o salário médio na unidade é de R\$ 6.200, o que significa que os trabalhadores deixarão de receber R\$ 620 mensais em troca de estabilidade no emprego.

Em nota, a Volkswagen informou que, "em acordo com o sindicato e com a representação dos empregados da unidade Anchieta, irá solicitar ao governo a adesão ao Programa de Proteção ao Emprego para sua fábrica do ABC".

A montadora não forneceu detalhes do acordo nem informou se ele será negociado para as fábricas de São Carlos, Taubaté e São José dos Pinhais (PR).

ADESÕES

A Volkswagen é a terceira montadora a aderir ao programa, já aprovado na Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo e na Caterpillar, fabricante de máquinas agrícolas de Piracicaba (SP).

Na região do ABC, a Volks é a sexta empresa do setor metalúrgico a aderir ao programa. As demais são: autopeças Rassini NHK (550 funcionários), a Trefilação União (114), a autopeças Tricol (200), a fabricante de caminhões e ônibus Mercedes (10 mil) e a Prensas Schuler (456).

Segundo o sindicato da categoria, as negociações duraram 15 dias e o plano é uma forma de a montadora enfrentar a queda nas vendas, consequência da crise na economia.

GARANTIAS

Wagner Santana, secretário-geral do sindicato, explicou que o acordo feito com a montadora e aprovado nesta quinta prevê que a redução de salário não incida sobre benefícios como 13º salário e férias dos trabalhadores.

"Também conseguimos negociar que a montadora complete a diferença entre o limite de R\$ 900 previsto para o governo pagar, por meio do FAT, para manter a redução salarial em 10%", afirmou o sindicalista.

"Isso significa que, se o trabalhador ganha R\$ 15 mil, com a redução salarial de 20% (R\$ 3.000), ele receberia na prática R\$ 900 do FAT, e não R\$ 1.500. Conseguimos, com o acordo feito, que a empresa pague os R\$ 600 de diferença para atingir a redução de 10%", completou.

Desde janeiro, a Volks informava ter excedente de 2.600 no ABC. "Em janeiro ocorreram 300 demissões, que foram revertidas após uma greve e a negociação de 'lay-off' para o grupo excedente. Na ocasião, a empresa fez um acordo coletivo que deu estabilidade até 2019. Com o acordo do PPE está ratificado", disse Santana.

Segundo o sindicato, havia a previsão de que o acordo poderia ser revisto caso a produção não atingisse o nível mínimo de 250 mil veículos por ano. "Mesmo com a produção em queda e se o ano terminar abaixo desse nível, temos agora, com o acordo do PPE, um mecanismo para enfrentar esse cenário."

Dos 2.600 empregados com contrato suspenso desde julho, 850 retornarão à fábrica em novembro. Os demais devem ser reintegrados em janeiro, informou o sindicato.

PPE

O Programa de Adesão do Emprego tem vigência até o fim de 2016. A adesão das empresas deve ser feita até dezembro deste ano. Por meio do PPE, as empresas podem reduzir até 30% da jornada de trabalho e do salário de seus funcionários. O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) participa complementando a renda desses empregados com até 50% da perda salarial. Esse repasse também deve ser inferior de até R\$ 900 por trabalhador.

Segundo as regras do PPE, empresas só podem lançar mão do programa em casos de crise econômica, comprovada pela empresa e em concordância do sindicato representativo da categoria e assembleia deliberativa sobre o tema. Ou seja, empresas que tenham problemas de gestão não entram no programa.

O PPE também só pode ser ativado quando a empresa não possa mais utilizar outras estratégias, como banco de horas e férias (inclusive coletivas).

As empresas que aderirem ao programa não poderão dispensar os empregados que tiveram sua jornada reduzida enquanto vigorar o regime diferenciado de trabalho. No fim do programa, o trabalhador não poderá ser demitido por prazo equivalente a um terço do período de adesão.

Eficiência energética na indústria estará em evidência na Mercopar 2015

18/09/2015 - Fonte: CIMM

O consumo de energia elétrica representa um dos principais custos do setor industrial, independente do porte das empresas. No Brasil, cerca de 34% da energia gerada é consumida pela indústria, o que impacta diretamente nos custos, fator potencializado pelos recentes aumentos de tarifas.

Diante desse quadro, a Mercopar dedicará atenção especial a este tema durante a feira que acontece de 6 a 9 de outubro, em Caxias do Sul (RS), reunindo expositores das áreas de automação industrial, borracha, eletroeletrônico, energia e meio ambiente, metalmeccânico, movimentação e armazenagem de materiais, plástico e serviços industriais.

De acordo com a gestora estadual das soluções de sustentabilidade da Gerência de Inovação e Tecnologia do Sebrae/RS, Cristina Correia, a Mercopar contará com um espaço onde serão disponibilizadas assessorias individuais tanto para os expositores quanto para os visitantes.

Além disso, também será possível realizar avaliações gratuitas para identificar oportunidades de melhorias na gestão de energia da empresa, além de verificar o potencial para a implantação de sistemas fotovoltaico, termosolar e eólico.

“Serão realizados seis tipos de avaliações on-line: gestão de energia, equipamentos, potencial fotovoltaico, potencial eólico e potencial de certificação de edificações”, explica Cristina Correia.

Bancadas demonstrativas

Neste mesmo espaço, disponibilizado por meio de uma parceria entre o Sebrae/RS e o Senai, haverá, ainda, bancadas demonstrativas e consultores que irão explicar o funcionamento e as vantagens da adoção de práticas para melhorar a eficiência da energia nas indústrias. São elas:

- Bancada demonstrativa de Sistemas Fotovoltaico: apresentação de placas fotovoltaicas, simulação de geração de energia, orientação sobre custo-benefício de adoção do sistema;
- Bancada de motores: simula consumo energético de motores rebobinados, comparados com motores novos, orientação sobre dimensionamento e eficiência de motores e seus impactos no consumo de energia;
- Painel de Iluminação: com auxílio de um luxímetro, o consultor fará comparação de intensidade luminosa e consumo de energia dos diferentes tipos de lâmpadas;
- Telão para apresentação da ferramenta de simulação – Apresentação de ferramenta de simulação que auxilia a criação de modelos digitais de sistemas logísticos e de produção, para que seja possível explorar as características dos sistemas e otimizar seu desempenho. A otimização de desempenho permite a redução do consumo de energia;
- Câmera Termográfica – A termografia como método preventivo na Indústria permite: detectar maus apertos ou corrosões nos contatos elétricos; análise de quadros elétricos; detecção de maus contatos, relés defeituosos, ventiladores defeituosos, detecção de problemas relacionados com sobrecargas e qualidade de energia, detecção de problemas elétricos em motores.

A Mercopar, que acontece no Centro de Feiras e Eventos da Festa da Uva, é o mais importante evento na área de inovação industrial e subcontratação da América Latina.

A realização é do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS) e da Hannover Fairs Sulamerica, empresa do Grupo Deutsche Messe AG.

Abimaq diz que indústria sofre com elevados juros e tributos

18/09/2015 - Fonte: CIMM

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza, abriu nesta quarta-feira (16), o 1º Congresso Brasileiro da Indústria de Máquinas e Equipamentos, dizendo que apesar do atual estado crescente de agravamento da economia, o Brasil faz parte de um pequeno e seleto grupo de países, de menos de duas dúzias, que têm uma indústria de transformação e de 12 nações que tem uma indústria de bens de capital como a brasileira.

"O Brasil produz e exporta bens de capital. No ano passado exportamos mais de 30% de nossa produção no valor de US\$ 11 bilhões. Anfavea exportou metade do que nós exportamos e emprega muito menos que nós", comparou Pastoriza.

No entanto, lamenta o executivo, essa mesma indústria, que coloca o Brasil em um grupo seleto no mundo, sofre com uma elevada e "pornográfica" taxa de juros de mercado, um sistema tributário pró importador.

"É mais barato importar uns bens de capital do que produzir aqui no Brasil", disse o presidente da Abimaq.

Essas coisas, pioradas, pelo atual cenário econômico, avaliou o executivo, levou ao processo de desindustrialização gigantesco nos últimos anos. "Mas esse processo foi mascarado porque o País estava crescendo enquanto nós estávamos demitindo. O processo foi mascarado pelo boom das commodities", afirmou Pastoriza.

Ele salientou ainda que houve um segundo mascaramento da desindustrialização porque o processo não se deu da forma clássica em que se notícia o fechamento de portas de fábricas.

"A maior parte da nossa desindustrialização foi feita de forma silenciosa, com as empresas deixando de ser produtoras para se tornarem montadoras, lamentou o presidente da Abimaq.

Na conversão da indústria de produtora em montadora, disse Pastoriza, as empresas até podem ganhar mais dinheiro, mas empregos de alta qualificação são jogados na lata de lixo e cadeias por trás do setor desaparecem.

"Só agora, de três anos para cá, com a queda dos preços das commodities, é que água baixou e se dê conta de que um terço do parque industrial do Brasil desapareceu. "

Isso significa que o País não está investindo", comentou Pastoriza, acrescentando que o Brasil tem potencial para crescer 5% ao ano de forma sustentável desde que vote a investir e recuperar a sua indústria.

Trumpf lança novo software de programação durante a feira Corte & Conformação

18/09/2015 - Fonte: CIMM

Líder mundial em alta tecnologia para o corte e o processamento de chapas metálicas, a Trumpf irá surpreender os visitantes da Feira de Corte & Conformação de Metais 2015 com novidades nas quatro principais tecnologias para o setor: corte a laser, dobra, punçionamento e marcação, além de fazer o lançamento nacional do revolucionário TruTopsBoost, o software de programação que impulsiona os negócios.

Com o mote "Boost Your Business", o TruTopsBoost foi o destaque da Trumpf na Euroblech 2014, principal feira do setor de tecnologia para o processamento de chapas do mundo, localizada na cidade de Hanover, Alemanha.

Lançamento Nacional

A Feira Corte & Conformação de Metais foi escolhida para apresentar o novo software de programação da empresa: o TruTopsBoost. Com ele, o projeto e a programação das máquinas Trumpf transformam-se quase numa brincadeira de criança.

O novo software baseia-se numa filosofia de operação completamente nova. Passo a passo, o programa guia o operador através do processo, auxiliando-o paralelamente com várias funções automáticas.

O TruTops Boost veio para revolucionar a forma como programamos as máquinas, oferecendo maior performance, maior controle dos processos e dos pedidos, resultando no aumento da produtividade. Ele também insere o processo de programação diretamente no universo 3D. Há muito tempo o mercado esperava por uma solução desse porte, informa Cleber Veronese diretor de serviços da Trumpf do Brasil.

Máquinas em exposição durante o evento

- Laser: Na linha de corte a laser, o destaque deste ano será a nova TruLaser 5030 de 8kW com BrightLine fiber, novas funções inteligentes e velocidade nunca vista antes. Apresentada mundialmente na Euroblech, a máquina representa a maior inovação do mundo no uso eficiente da energia do laser em estado sólido.

- Dobra: Segunda geração da TruBend série 3000, a TruBend 3100 será apresentada durante a Feira Corte & Conformação de Metais. A máquina estabelece novos parâmetros de eficiência nos processos de dobra, com a melhor solução custo x benefício para a produção em baixa escala.

Com design compacto, requer pequeno espaço de instalação; o interior da máquina é facilmente acessível; área de trabalho bem iluminada graças a instalação de LED frontal e no interior da máquina. Através do display multi-touch a programação é simples e intuitiva; possui também sistema de segurança ajustável e automático - o BendGuard.

- Puncionamento: A nova integrante na linha de puncionadeiras é a TruPunch 2000, considerada a mais produtiva da sua classe. Ideal para quem pretende entrar no mundo da perfuração automatizada juntamente com o sistema de automação SheetMasterCompact.

A máquina assegura maior produtividade e flexibilidade máxima de produção, tem eixo de alta velocidade, tempos curtos de preparação e executa 900 golpes por minuto na perfuração e 1600 na marcação, além de permitir a rotação de ferramenta em 360°, o que capacita a produzir uma ampla gama de peças.

Brasil precisa de reforma qualitativa do sistema tributário, diz especialista

18/09/2015 - Fonte: EM.com

O doutor em direito tributário e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCF) Eurico de Santi defendeu nesta quinta-feira, 17, que o Brasil precisa de uma reforma qualitativa do sistema tributário. A proposta foi apresentada durante o seminário "ICMS e o futuro dos Estados", realizado pela Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo jornal "O Estado de S. Paulo" no Guarujá (SP).

Essa reforma qualitativa seria baseada nos conceitos de simplicidade, transparência, equidade e neutralidade. Os pontos principais seriam unificar a base de cálculo em cima da receita líquida, implementar um sistema de crédito financeiro eficiente e promover isonomia pessoal e empresarial.

Santi comentou que o sistema tributário brasileiro é impraticável. Ele citou o caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que está sujeito a 27 legislações estaduais, que tem múltiplos regimes especiais para cada um dos 56 setores da economia e disputa a competência tributária com 5.760 municípios.

"O resultado desse combinatório de sistemas de normas jurídicas é assustador. São 8.709.120 sistemas que se entrelaçam", comentou.

O especialista também apresentou a ideia da criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional, com alíquota de 1%, não cumulativo e sem isenções para nenhum setor.

"Em vez de mudar o ICMS, que vem podre, cheio de vícios, oriundo de um sistema falido, podemos construir um novo imposto", explicou. Com o tempo, o ICMS e o PIS/Cofins seriam reduzidos, sendo incorporados gradualmente no IVA nacional. "Teríamos um hiperimposto que funciona bem", acrescentou.

Sobreposição de legislações do ICMS

No mesmo evento, o diretor de Comunicação e Assuntos Estratégicos da Afresp, José Roberto Soares Lobato, afirmou que a sobreposição de legislações do ICMS fragiliza a administração tributária.

Segundo ele, essa situação causa problemas como custos de conformidade elevados, cumulatividade excessiva, ampliação dos mecanismos com pretensão de simplificação do modelo tributário e uma atuação pontual e reativa da administração tributária.

"As políticas tributárias são casuísticas e baseadas no princípio da arrecadação a qualquer custo. É como se fosse um caso de doping no esporte. Dá resultados no curto prazo, mas provoca a falência do corpo", comentou.

Lobato explicou que esse processo resulta em implementação de regimes e mecanismos disfuncionais de arrecadação, com excesso de normas tributárias e multiplicação das assimetrias, com conseqüente quebra da isonomia entre os contribuintes.

"Isso nos impede de elaborar um planejamento estratégico norteando os processos decisórios. É uma lógica extremamente perversa."

O representante da Afresp comentou que a entidade ainda busca soluções para esses problemas, em parceria com a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

Recessão provoca hiato no repasse do câmbio, mas efeito em preço existe, diz FGV

18/09/2015 - Fonte: EM.com

A recessão na economia brasileira tem provocado um hiato entre o ritmo de desvalorização do real e o tamanho do repasse aos preços, mas o efeito do câmbio existe e continuará afetando a inflação, afirmou nesta quinta-feira, 17, Salomão Quadros, superintendente adjunto de Inflação da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"O câmbio começou a afetar os preços de julho para cá. Em outras ocasiões, teria tido impacto até maio, mas não podemos ignorar. O câmbio está fazendo efeito devagar, mas está fazendo", disse.

No atacado, matérias-primas como soja, trigo e bovinos sobem impulsionadas pela desvalorização do dólar (no caso das carnes, há também o período de entressafra da pecuária).

Os materiais para a manufatura, um termômetro de como o câmbio reflete na inflação, ficaram 1,38% mais caros na segunda prévia do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de setembro.

No varejo, óleo de soja, pão francês, carne bovina e farinha de trigo dão sinais de que o dólar está vivo nos preços. Só o pãozinho avançou 1,41% na leitura do IGP-M divulgada hoje.

Bens duráveis como automóveis e eletrodomésticos, porém, não têm tido chances de repasses a despeito do aumento de custos - as vendas nesses segmentos já despencam a dois dígitos, inviabilizando elevações de preços.

Ainda assim, as variações são baixas considerando ciclos de repasse verificados no passado. "De julho para cá, tivemos 30% de desvalorização do real, mas a recessão está fazendo com que isso não seja repassado. Os produtores ficam reticentes diante de um mercado tão retraído, mas tem uma pressão de custos", afirmou Quadros.

"O repasse acontece aos poucos e deve continuar, principalmente se o dólar seguir avançando e passar de R\$ 4", disse. "Por outro lado, com a recuperação da economia mais longe, o repasse fica mais difícil", ponderou o superintendente.

Além da pressão do câmbio, os próximos IGPs devem trazer a aceleração dos alimentos, após um curto período de alívio nos preços. No atacado, a queda já foi praticamente zerada, e alguns produtos como batata-inglesa já estão subindo. "Os alimentos in natura no varejo vão seguir o caminho do atacado, o efeito de queda tende a suavizar", disse Quadros.

Em 12 meses, o IGP-M chegou a 8,04% até a segunda prévia de setembro, nível que deve ser o "teto por hora", segundo o superintendente. "Agora vem um período de oscilação", afirmou.

Fiesp e Ciesp entram com ação contra cobrança da CDE na tarifa de energia

18/09/2015 - Fonte: EM.com

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp) entraram nesta quinta-feira, 17, com mandado de segurança coletivo com pedido de medida liminar contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Eletrobras.

O processo questiona a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que tem sido usada para cobrir despesas que não são de sua finalidade original, segundo as entidades, e pede que seus associados não tenham de pagar este item.

"A conta, criada em 2002 para subsidiar a tarifa de energia para consumidores de baixa renda e universalizar o fornecimento, passou a ser usada para pagar outras despesas como indenizações de usinas e integração dos sistemas isolados do Amazonas, e outros subsídios", afirmam, em nota.

Abiquim: déficit comercial da indústria química recua 15,1% de janeiro a agosto

18/09/2015 - Fonte: EM.com

O déficit da balança comercial da indústria química está em tendência de queda neste ano, reflexo da desaceleração econômica e consequente redução nas importações. Dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) apontam que o saldo negativo somou US\$ 17,3 bilhões entre janeiro e agosto, o que representa uma queda de 15,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

A redução é explicada pelo encolhimento de 13% nas importações, a um total de US\$ 25,9 bilhões. As exportações, por sua vez, somaram US\$ 8,7 bilhões, queda de 8,7% em igual base comparativa. A retração das compras externas em um ritmo mais acelerado do que as exportações também é reflexo do câmbio mais favorável ao produtor nacional na disputa com fabricantes estrangeiros.

Os números da Abiquim mostram que o ritmo das importações desacelerou em agosto, mês em que o dólar se manteve em patamares mais elevados. As compras externas movimentaram US\$ 3,2 bilhões, queda de 26,9% sobre o mesmo período de 2014. Já as exportações totalizaram US\$ 1,1 bilhão em agosto, retração de 11,1% em igual base comparativa. Em relação ao mês de julho, as importações encolheram 19,9%, contra uma queda de 17,4% das exportações.

"Está claro que o cenário econômico instável e que os elevados níveis de preços dos produtos químicos importados foram decisivos para a retração do déficit setorial e, até o final do ano, a forte desaceleração do real frente ao dólar e os reflexos de novas medidas de ajustes fiscais deverão impactar ainda mais os indicadores do fluxo do comércio exterior brasileiro de produtos químicos", destacou em nota a diretora de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Denise Naranjo.

Nos últimos 12 meses, entre setembro de 2014 e agosto deste ano, o déficit comercial da indústria química alcançou US\$ 28,1 bilhões, redução de 9,8% sobre igual período do ano passado. O número também é inferior ao déficit de US\$ 31,2 bilhões acumulado em 2014.

Apesar da redução do déficit comercial, a indústria química enfrenta um período de preocupação crescente, consequência da decisão do governo federal de eliminar alguns incentivos à indústria.

No caso específico do setor químico, o governo anunciou no início desta semana a intenção de finalizar o benefício tributário previsto no âmbito do Regime Especial da Indústria Química (ReiQ).

Além disso, o governo anunciou que o benefício do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), válido para todos os exportadores, será reduzido dos atuais 1% para 0,1% em 2016.

As medidas foram criticadas pelo presidente executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo. Com um déficit ainda próximo de US\$ 30 bilhões por ano, o setor vê o pacote anunciado pelo governo federal como um entrave à concorrência externa.

"Mais uma vez atacamos gravemente a competitividade da indústria brasileira de modo geral e, em especial, da indústria química", afirmou Figueiredo em entrevista à reportagem na última segunda-feira.

Volkswagen enfrentará provisão no 4º tri por reestruturação no Brasil

18/09/2015 - Fonte: Reuters

A Volkswagen espera assumir uma provisão de milhões de euros na casa dos três dígitos para pagar pela reestruturação no Brasil, disse o vice-presidente financeiro da empresa, Hans Dieter Poetsch, a analistas do Deutsche Bank.

"O Brasil permanece muito fraco e eles precisarão reconhecer uma provisão de milhões de euros na casa dos três dígitos para reestruturação no quarto trimestre", escreveu o analista Tom Tokossa em nota.

A Volkswagen tem ajustado a capacidade de produção em sua fábrica em Taubaté (SP), onde fabrica o carro Up, o Gol e o sedã Voyage.

Os esforços da Volkswagen para cortar postos de trabalho em outra fábrica próxima de São Paulo, em São Bernardo do Campo, em janeiro motivaram greves, forçando a empresa a reverter suspensões de contratos de trabalho (layoffs) de 800 trabalhadores e renegociar um novo acordo trabalhista até 2019.

Apesar da queda da demanda chinesa, a utilização da capacidade de produção da Volkswagen ainda é de 100 por cento na China, disse o Deutsche Bank.

Em Wall Street, analistas veem cenário caótico no Brasil, com chances de piora

18/09/2015 - Fonte: Época Negócios



O Brasil acabou sendo um dos principais destaques de um seminário em Wall Street, com economistas e gestores de bancos como Morgan Stanley e Citigroup, para discutir o impacto de uma alta de juros nos Estados Unidos em países emergentes.

A avaliação da economia brasileira mostrada no evento não foi das melhores: foi descrita pelos executivos do setor financeiro como "caótica", "extremamente complicada" e com uma crise política vista como "muito séria".

O seminário foi organizado pela Emta, uma associação com sede em Nova York que reúne investidores que aplicam em mercados emergentes.

Realizado na sede do banco UBS e com auditório lotado, o evento terminou na noite de quarta-feira (16/09) e o Brasil acabou ocupando boa parte das discussões, com os executivos mencionando temas como crise política, ajuste fiscal, recessão, Petrobras e corrupção.

O país, juntamente com outros emergentes, como a Turquia e a Rússia, foi apontado como vulnerável e, portanto, mais propenso a sentir os efeitos de uma alta de juros nos Estados Unidos, amplamente esperada pelo mercado, mas ainda indefinida.

Ontem, o Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, decidiu mais uma vez manter inalterada a taxa de juros no país.

Falta de clareza

"A situação no Brasil é extremamente complicada", afirmou o diretor executivo e chefe da área econômica para emergentes do Citigroup, Guillermo Mondino, mencionando a crise política, a deterioração acelerada do Produto Interno Bruto (PIB) e a falta de clareza e consenso do governo sobre o que fazer para tentar "achar uma luz no fim do túnel". "O País está em uma situação muito difícil, a crise é muito profunda e séria", disse.

Para o executivo do Citi, se o governo conseguir implementar de forma bem-sucedida o pacote com medidas de austeridade anunciado esta semana, tem chance de evitar um novo rebaixamento do rating soberano por outra agência de classificação de risco. Mais um rebaixamento aprofundaria a recessão no País, disse ele.

No evento, porém, foram levantadas dúvidas sobre a capacidade de o governo conseguir avançar com o pacote. O Congresso hostil ao governo é um dos fatores que deixam as coisas mais incertas, afirmou o diretor de estratégia de renda fixa para emergentes do Morgan Stanley, Gordian Kemen.

Além disso, a presidente Dilma Rousseff enfrenta níveis historicamente baixos de popularidade.

"O melhor cenário parece ser uma estabilização das coisas em um nível muito baixo", afirmou. A recomendação neste momento para estrangeiros interessados no País, disse Kemen, é de cautela.

Com dúvidas sobre os rumos do pacote fiscal, Kemen também levantou preocupações sobre se o país vai conseguir evitar um novo rebaixamento. No caso da Moodys, se isso acontecer, o Brasil deixaria de ser considerado grau de investimento por uma segunda agência de classificação de risco, o que ajudaria a afastar ainda mais investidores estrangeiros do país.

O executivo do Morgan destacou que o Brasil sempre atraiu investidores de risco, mas desde que se transformou em grau de investimento passou a atrair muitos aplicadores, como fundos de pensão e seguradoras, que só investem em mercados mais seguros, com essa classificação por pelo menos duas agências. E são eles que podem deixar o País em massa em caso de novo rebaixamento.

Para Gunter Heiland, sócio e gestor da Gramecy, gestora do Estado de Connecticut que tem US\$ 5,6 bilhões aplicados em emergentes, a crise política é séria e os escândalos de corrupção que se acumulam só agravam a situação e ajudam a piorar a crise entre o Planalto e o Congresso.

Cautela

Mesmo gestoras de Wall Street especializados em ativos de maior risco nos emergentes, como a Greylock Capital Management, que administra US\$ 2 bilhões, mostram cautela com o Brasil.

O diretor da gestora, Christopher Tackney, também ressaltou que a situação no País está complicada e diz que a deterioração ajuda a aumentar o movimento de diferenciação mesmo dentro da América Latina.

Em outros momentos no passado de maior incerteza do mercado, uma situação como a do Brasil levaria a fuga de recursos de toda América Latina, disse Tackney. Mas, agora os investidores diferenciam mais.

A Colômbia, por exemplo, tem recebido recursos. Com uma série de problemas que se acumulam, "o Brasil tem questões, sobretudo fiscais, que, se não forem resolvidas, ficarão piores", avalia o economista-chefe para América Latina do UBS, Rafael de la Fuente, que mediu o debate e levantou as questões sobre os problemas brasileiros.

GM pagará US\$ 900 milhões para encerrar ação criminal sobre defeito em ignição

18/09/2015 - Fonte: Época Negócios



A General Motors admitiu ter escondido do governo e do público um defeito letal na ignição de seus veículos, e fechou acordo e pagar 900 milhões de dólares para encerrar uma investigação criminal sobre o problema, ligado a 124 mortes.

O acordo anunciado nesta quinta-feira encerra uma investigação de dois anos que manchou a reputação da GM e mudou o relacionamento da montadora com sede em Detroit com o governo norte-americano, que a resgatou durante a crise financeira.

A GM também fechou um acordo parcial em um litígio privado com motoristas, passageiros e familiares sobre a ignição, e outro acordo sobre uma disputa entre acionistas.

A maior montadora dos EUA contabilizará 575 milhões de dólares de multa no terceiro trimestre referente aos acordos privados. Não estava imediatamente claro quando a empresa contabilizará os 900 milhões de dólares da multa criminal.

No caso, procuradores acusaram a GM de ocultar provas materiais de reguladores norte-americanos e de fraude em cadeia.

A GM admitiu não ter revelado um defeito de segurança potencialmente letal nas ignições, o que fez alguns air bags não funcionarem. Também admitiu ter enganado consumidores sobre a segurança dos automóveis afetados pelo defeito.

CSN entrega na segunda-feira proposta de acordo coletivo com metalúrgicos

18/09/2015 - Fonte: Agência Brasil

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) obteve hoje (17) do Ministério do Trabalho o adiamento do prazo até o próximo dia 21 para apresentação de proposta de renovação do acordo coletivo 2015/2016 com os trabalhadores da empresa.

A decisão foi tomada durante mesa-redonda de conciliação feita hoje (17) na Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Volta Redonda, entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense.

Em nota, a companhia justificou que o pedido de prazo decorre do atual momento de dificuldades econômicas que o país atravessa. "Tendo em vista o momento econômico brasileiro e todas as dificuldades enfrentadas pelo setor siderúrgico, a empresa, buscando sempre uma forma responsável para superar esse momento adverso, solicitou ao Ministério do Trabalho e ao sindicato um prazo até a próxima segunda-feira, dia 21, para apresentar uma proposta para renovação do acordo coletivo", diz a nota.

Para o presidente do sindicato, Sílvio Campos, os trabalhadores saíram frustrados do encontro, porque esperavam que, com a intermediação do Ministério do Trabalho, a companhia apresentasse uma proposta hoje. "Acabou que ela deu uma cartada de mestre. Conseguiu mais um final de semana".

Campos informou que o motivo do encontro marcado para esta quinta-feira (17) era justamente para que a CSN apresentasse uma proposta, o que não faz desde março deste ano, quando o sindicato cobrou da empresa a realização da primeira reunião para dar início às negociações sobre o acordo coletivo. "Matou a mesa. Para nós, foi decepcionante", acentuou.

"Caso a siderúrgica não chegue a um acordo, os trabalhadores entrarão em greve", disse Campos. A categoria já está sendo mobilizada em nível nacional e conta com apoio da Força Sindical. "Estamos preparados para entrar em greve". Somente em Volta Redonda, onde está localizada a usina da CSN, a mão de obra própria é composta de 10,8 mil operários, aos quais se somam 5 mil terceirizados. Em todo o país, a CSN conta com cerca de 20 mil trabalhadores, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense.

A pauta de reivindicações dos funcionários da empresa inclui reajuste salarial a partir de maio deste ano, com reposição da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, de 8,37%, além de aumento de 10% no Cartão Alimentação, hoje de cerca de R\$ 312,00, auxílio-creche, pagamento do adicional de insalubridade, entre outros itens.

O presidente da Força Sindical do Rio de Janeiro e da Federação dos Metalúrgicos do estado, Francisco Dal Prá, disse, em entrevista à **Agência Brasil** que "está sendo uma intransigência grande da siderúrgica não querer sentar para negociar".

Segundo ele, o sindicato tem sido benevolente. A federação está preocupada com a fase difícil da economia brasileira, mas observa que essa fase não atinge somente o governo. "Atinge, principalmente, os trabalhadores, e a CSN não quer nem cobrir a inflação. Não tem cabimento isso.

Só os trabalhadores ficam no prejuízo", afirmou. Lembrou que qualquer coisa que ocorra no país atinge os trabalhadores, mas acaba afetando, em consequência, os estados, que deixarão de arrecadar impostos e terão a produção prejudicada.

Em meio à crise, procura por consórcios de imóveis cresce mais de 50% em 7 meses

18/09/2015 - Fonte: Agência Brasil

De janeiro a julho deste ano, foram vendidas 135,9 mil novas cotas do consórcio de imóveis, o que significa avanço de 50,3% sobre os negócios nessa modalidade em igual período do ano passado. Incluindo todos os bens vendidos por meio de consórcios, a procura aumentou 5,4%.

Além do aquecimento de consórcios na área de imóveis, houve alta de 17% nas adesões referentes a veículos leves (automóveis, caminhonetes e utilitários) com um total de 551,5 mil cotas comercializadas. Já no segmento de veículos pesados (caminhões, ônibus,

tratores, implementos agrícolas e rodoviários), as vendas subiram 11% com a entrada de 25,5 mil novos participantes.

Os dados são da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac). Segundo a entidade, em todo o sistema de consórcios, as adesões nos sete primeiros meses do ano somaram 1,36 milhão consorciados, elevando o total de participantes, em julho, para 7,15 milhões, número 4,4% superior ao mesmo mês em 2014.

Foram registradas 830,4 mil cotas contempladas, correspondente a alta de 7,5%. Houve um volume de crédito comercializado de R\$ 23,8 bilhões, 12,3% acima do mesmo período do ano passado.

O avanço observado no setor, em meio à crise econômica do país, decorre do planejamento que passou a ser adotado pelo consumidor. Segundo o presidente da Abac, Paulo Roberto Rossi, o consumidor passou a planejar o acesso a bens, deixando de lado as compras por impulso.

"Mesmo em meio a um momento econômico difícil, o consumidor tem redobrado sua atenção nos comprometimentos financeiros de médio e longo prazos: muitos optaram por auto-financiamento, custos mais baixos e planejamento financeiro", disse Paulo Rossi.

Brasil quer que Mercosul taxe Airbnb

18/09/2015 - Fonte: Exame

O Brasil vai propor aos países do Mercosul a taxação do Airbnb, serviço online de aluguel temporário de imóveis. A ideia será discutida na próxima reunião especial de turismo do grupo, mês que vem, no Paraguai.

A proposta tem como objetivo imediato frear a concorrência considerada desleal com os hotéis para os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio. A cidade é a que tem maior número de imóveis cadastrados nessa plataforma no país, 20 mil. É a quarta no mundo, atrás de Paris, Nova York e Londres.

Com 45 mil apartamentos, casas e quartos em 22 Estados, o Airbnb vem incomodando o setor hoteleiro desde que chegou ao Brasil, há três anos. "Ninguém quer proibir. O que pleiteamos é a igualdade tributária. O hotel paga água mais cara, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ISS (Imposto sobre Serviços), e esse tipo de locação, não.

Não há uma garantia de segurança para os vizinhos, um contrato formal. Há um paralelo com o Uber porque os taxistas pagam os impostos e os motoristas particulares, não", compara o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), Alfredo Lopes.

O presidente da Embratur, Vinicius Lummertz, disse que o governo estuda formas de taxação, a serem propostas à Receita Federal.

São usadas como exemplos as fórmulas em vigor em cidades como Amsterdã, na Holanda, onde os hóspedes pagam 5% a mais no valor fechado com o locador (repassado à cidade), e São Francisco, nos EUA, que cobra 14% de "imposto sobre ocupação transitória".

Em Nova York, as transações pelo Airbnb chegaram a ser proibidas. Atualmente, só são permitidas quando o anfitrião está em casa. Em Paris, a prefeitura também declarou guerra ao site, tanto por proteção aos hotéis quanto por medo de os aluguéis se tornarem inviáveis para os locais.

Ainda não se sabe se a tributação no Brasil já valerá para os Jogos Olímpicos, daqui a 11 meses - a medida teria de ser aprovada ainda em 2015.

O Airbnb é um dos patrocinadores oficiais da competição e foi anunciado como "fornecedor oficial de hospedagem alternativa do Rio 2016", solução para aumentar a oferta de hospedagem nos Jogos, pelo presidente do Comitê Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman. Os hotéis têm 60 mil quartos, três vezes mais do que o site. No entanto, segundo a Abih, 90% deles já estão reservados pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

A arquiteta Paula Camargo, de 34 anos, complementa sua renda alugando o conjugado de 21 metros quadrados em Copacabana pelo Airbnb. Cobra R\$ 120. Ela disse não achar injusta a cobrança de uma taxa - além dos 3% que já paga ao site.

"Eu pagaria sem problemas. Mas não acho que o Airbnb faça competição aos hotéis, que continuam cheios."

Cooperação

O Airbnb enviou nota em que afirma cooperar com os governos de todos os seus mercados.

"Estamos presentes em 190 países e em mais de 34 mil cidades, cada uma delas com leis diferentes quanto ao aluguel de temporada. Por isso, pedimos a todos os nossos anfitriões para verificar as regras locais, incluindo a legislação tributária, quando anunciam na plataforma."

Empregos na indústria brasileira recuam 0,7% em julho

18/09/2015 - Fonte: Exame



A indústria brasileira perdeu 0,7% de seus postos de trabalho de junho para julho deste ano, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), divulgada hoje (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esta é a sétima queda consecutiva do emprego industrial, que acumula perdas de 4,8% no período. O total de pessoal ocupado na indústria em julho deste ano é 6,4% inferior ao total de julho de 2014. Essa é a 46ª queda neste tipo de comparação e a mais intensa desde julho de 2009, quando atingiu -6,7%.

O emprego na indústria tem quedas acumuladas de 5,4% no ano e de 4,9% no período de 12 meses.

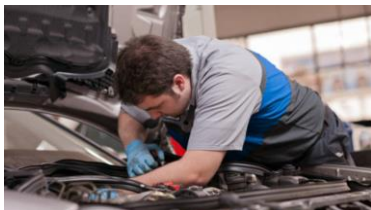
A queda de 6,4% na comparação com julho de 2014 pode ser explicada por perdas de postos de trabalho em 17 dos 18 setores pesquisados pelo IBGE, com destaque para meios de transporte (-11,9%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-15,1%), máquinas e equipamentos (-9,1%), produtos de metal (-10,7%) e alimentos e bebidas (-2,8%).

O IBGE também registrou resultados negativos em todos os tipos de comparação temporal, em outros dois indicadores: o número de horas pagas e a folha de pagamento real.

O número de horas pagas caiu 1,2% na comparação com junho deste ano, 7,2% em relação a julho de 2014, 6% no acumulado do ano e 5,5% no acumulado de 12 meses. Já a folha de pagamento real recuou 1,8% na comparação com junho deste ano, 7% em relação a julho de 2014, 6,3% no acumulado do ano e 5% no acumulado de 12 meses.

Setor de serviços tem crescimento de 2,1% em julho

18/09/2015 - Fonte: Exame



A receita nominal do setor de serviços cresceu 2,1% em julho deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. A taxa é a mesma de junho, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada hoje (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa acumulada no ano chega a 2,2%. Em 12 meses, a receita acumula crescimento nominal de 3,3%.

Em julho, o segmento que mais cresceu foi o de serviços profissionais, administrativos e complementares (3,5%), seguido pelos transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (2,8%), serviços prestados às famílias (2,5%) e serviços de informação e comunicação (0,8%).

O único segmento com queda na receita nominal foi o de outros serviços (-0,8%).

Volkswagen convoca recall no Brasil por problema em airbags

18/09/2015 - Fonte: Exame



Nesta quinta-feira (17), a Volkswagen do Brasil anunciou o recall de oito modelos da marca por possível falha em seus airbags.

Ao todo, 54.179 unidades estão envolvidas no chamado: Jetta, Jetta Variant, Tiguan, Passat, Passat Variant, Passat CC, CC e Eos.

Em comunicado, a montadora informou ter constatado a possibilidade de rompimento do cabo plano da espiral de contato do airbag frontal do motorista caso o dispositivo entre em contato com impurezas, como fios de cabelo e pedaços de tecido.

Esse cabo mantém o airbag ativo enquanto o volante é estereçado.

No caso de rompimento desse componente, haverá perda da conexão elétrica, impedindo que o airbag infle em uma colisão que demande seu acionamento.

Na primeira fase da campanha, apenas os proprietários cujos veículos acenderem a luz de advertência do airbag do motorista devem procurar uma concessionária para inspeção e reparo.

De acordo com a fabricante, uma segunda convocação será feita assim que uma solução definitiva para o problema for encontrada.

Confira a lista dos chassis envolvidos no recall:

Jetta – ano/modelo 2011 até 2014 – BM001650 até EM026522

Jetta Variant – ano/modelo 2012 até 2013 – CM624628 até DM644980

Tiguan – ano/modelo 2010 até 2014 – AW091977 até EW589204

Passat – ano/modelo 2010 até 2014 – AE063903 até AE182319 e AP026362 até EP008228

Passat Variant – ano/modelo 2010 até 2014 – AE049185 até EE023394

Passat CC – ano/modelo 2010 até 2012 – AE506514 até CE545760

CC – ano/modelo 2013 – DE519774 até DE552819

Eos – ano/modelo 2010 até 2011 – AV013181 até BV002845

Demissões na indústria paulista devem atingir 250 mil neste ano

18/09/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A indústria paulista deverá colocar na rua neste ano cerca de 250 mil trabalhadores, prevê o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A previsão já leva em conta as demissões de 26 mil trabalhadores em agosto comparativamente a julho, conforme divulgou ontem a entidade, equivalente a uma queda mensal de 0,9% no nível de emprego.

Antes da aferição do mês passado, a previsão apontava para o desligamento de 200 mil pessoas do quadro da indústria.

"Da última vez nós havíamos dito que tínhamos uma perda de 200 mil empregos da indústria de transformação neste ano. Após o mês de agosto, já nos parece que está mais próximo dos 250 mil empregos a menos", projetou Paulo Francini, diretor do Depecon. "Realmente saímos do surto e fomos à epidemia da perda de empregos", completou.

Na comparação com agosto do ano passado, a indústria registra um saldo negativo de 216 mil postos de trabalho e a demissão de 119 mil trabalhadores no acumulado de janeiro a agosto no confronto com o mesmo período de 2014 é o pior desde 2006.

A pesquisa do Depecon sonda a situação do emprego em 22 setores em todo o Estado. No levantamento de agosto, 17 anotaram baixa em seu mercado de trabalho, três ficaram estáveis e dois registraram contratações. No campo das demissões, destaque para a indústria de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, que fechou 5.116 postos de trabalho.

Já entre as contratações, o setor de alimentos se destacou com a criação de 338 vagas, em função da demanda por produtos alimentícios típicos de final de ano, como o

panetone, por exemplo. Segundo Francini, essas contratações da indústria de alimentos começaram a ocorrer em agosto, mas nem de longe suportam a perda de outros setores. "Insuficiente para gerar um saldo positivo", disse.

Mineração age também como indutora do desenvolvimento

18/09/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Estudo inédito divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), durante o 16º Congresso Brasileiro de Mineração, mostra que a importância da indústria extrativa para o Estado não se restringe apenas ao aspecto econômico, uma vez que a atividade é também indutora do desenvolvimento social.

"O setor é um multiplicador de empregos", resume a assessora da Superintendência de Clientes Institucionais da FGV, Maria Alice Veloso, que apresentou o documento. Segundo ela, para cada posto de trabalho na mineração, são geradas 13 vagas em outras cadeias produtivas. "Mas, dependendo do conceito de cadeia adotado, esse número pode ser ainda maior", completa.

Na avaliação de Maria Alice Veloso, "o segmento extrativo mineral não é intensivo em mão de obra quando comparado a outros setores, mas o grande mérito da atividade é o que ela gera na ponta da cadeia". Conforme o estudo, anualmente são abertos 60 mil postos de trabalho na mineração brasileira. "Muitas cadeias produtivas têm origem a partir da extração mineral", pontua.

Nesse sentido, a superintendente lembra que a cadeia do minério de ferro, por exemplo, tem reflexos na construção civil, na indústria automobilística, nos fabricantes de máquinas e equipamentos e nos setores de embalagens, ferramentas e utilidades. Já no caso do ouro, a influência alcança as indústrias joalheira, de decoração e química, além da medicina e da biologia, uma vez que o metal precioso é usado em exames, tratamentos e recobrimento de materiais biológicos.

O estudo, que não leva em consideração o segmento de óleo e gás, já que ele não tem peso importante na economia mineira, mostra também que a indústria extrativa tem participação de aproximadamente 24% no Produto Interno Bruto (PIB) industrial de Minas Gerais e de 8% no PIB global do Estado.

Municípios - Além disso, os municípios do Estado produtores de minério de ferro contribuem, em média, com 13,1% do PIB mineiro, gerando uma renda *per capita* anual 70,8% maior do que a média mineira, concentrando 7,7% da população Minas Gerais. Outro dado relevante é que entre os dez municípios com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Minas, oito são mineradores.

Em relação à produção mineral do Brasil, Minas participa com 66% do total de minério de ferro produzido, com 45% do ouro, 57% do fosfato, 27% do calcário e 100% do zinco. Além disso, o Estado responde por 51% da arrecadação nacional com a Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral (Cfem), sendo que o minério de ferro responde por cerca de 90% desse total.

A importância da mineração é tão grande para Minas que se a atividade extrativa for desconsiderada, o Estado cai do terceiro maior PIB do país, atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro, para a 10ª posição, de acordo com informações divulgadas pelo Executivo estadual.

Usinas tomam espaço de importados e aço brasileiro recupera mercado

18/09/2015 - Fonte: Valor Econômico

As usinas brasileiras recuperaram mercado e viram as vendas de produtos de aço caírem bem menos do que as importações durante agosto, segundo o Instituto Aço Brasil. O volume foi de 1,6 milhão de toneladas no período, 8,2% a menos do que no mesmo mês do ano passado - em julho o recuo havia sido de 22% -, mas crescimento de 9,5% ante julho, informou ontem a entidade.

O consumo aparente no Brasil somou 1,8 milhão de toneladas, queda de 15% em comparação anual, mas aumento de 6% de agosto ante julho. As compras de produtos do exterior ficaram em 204 mil toneladas, recuo de 45,2% e 34,4%, respectivamente, o que permitiu uma certa retomada das vendas internas pelas empresas.

O câmbio, que encareceu o aço importado vendido por aqui - hoje o prêmio do produto doméstico é negativo em quase todos os segmentos -, também impulsionou a quantidade destinada ao exterior. As vendas ao mercado externo subiram 55,9% ante agosto de 2014, para 1,3 milhão de toneladas, mas frente a julho houve recuo de 9,8%.

A participação das usinas brasileiras no consumo aparente demonstra a recuperação desse mercado. Em agosto, o patamar era de 87,7%, só menor do que em março deste ano. Em todo o ano passado, em nenhum mês o produto nacional foi tão representativo.

O levantamento do Aço Brasil mostra ainda que as vendas internas de aços longos foram piores. O recuo de 9,4%, para 722,5 mil toneladas - em comparação anual - foi bem mais significativo do que a diminuição de 6,9%, para 832,6 mil toneladas, na área de planos. Frente a julho, as altas foram de 4,2% e 15,4%, na mesma ordem.

Com suspensões de contratos de trabalho, demissões, férias coletivas e desligamento de unidades - dois altos-fornos da Usiminas e "mini-mills" da Gerdau -, a produção de aço bruto no país caiu 5,6% em agosto, para 2,8 milhões de toneladas, ante um ano atrás. Frente a julho, baixa de 2,7%.

No segmento de planos, o recuo anual foi de 14,9%, para 1 milhão de toneladas, e no de longos houve queda de 9,7%, para 819 mil. Ante julho, a fabricação de aços planos caiu 10% e a de longos avançou 4,4%. Hoje, a ociosidade da siderurgia no Brasil é de 31%.

No ano, a produção de aço bruto atinge 22,7 milhões de toneladas - 0,3% a mais do que em 2014. Em 12 meses, até agosto, chega a 34 milhões de toneladas.

Já o consumo aparente foi de 15,2 milhões de toneladas em oito meses, recuo de 12,8%. As vendas internas caíram 13,5%, para 12,7 milhões de toneladas.

Nesse cenário, com dólar acima de R\$ 3,80, as empresas buscam recompor margens com reajustes de preços: Usiminas, de 5% a 7% e ArcelorMittal, segundo fontes, 10%. A Gerdau elevou aços longos em 15% e os laminados a quente em até 8%. Falta a CSN.

Minério de ferro: preços podem volatilizar em outubro

18/09/2015 - Fonte: O Portal Geólogo

Os preços do minério de ferro voltaram a subir e estabilizar nas últimas semanas. Já faz mais de mês que os preços da tonelada do 62% Fe flutuam entre US\$59 e US\$57. Esta trégua momentânea deixa os mineradores planejar. Mas, segundo os analistas do setor, esta estabilidade de preços não deve ter vida longa.

É que em setembro e outubro o consumo de aço na China costuma atingir o pico, graças ao aumento da construção civil.

O que está assustando os analistas é uma possível redução na produção de aço devido a um menor crescimento da economia chinesa. Se eles estiverem corretos, o período do pico de produção de aço será atípico, com vendas menores e, conseqüentemente, menor consumo de minério de ferro.

O cálculo é fácil de entender. Para cada tonelada de aço produzido são necessárias 1,5 toneladas de minério de ferro. Em cima disso veremos uma pressão baixista graças a grandes volumes de minério de ferro vindos do Brasil e Austrália que poderão ficar paralisados nos pátios a espera da produção de aço que pode não vir.